

Coluna do Castello

A que se restringe a polêmica

Duas coisas parecem inevitáveis no processo de elaboração constitucional. Uma delas, que se submeta à votação do plenário um texto consensual, que viabilize a própria votação de uma Constituição. A outra, que sejam votados em destaque, disputando a maioria absoluta dos votos, algumas questões sobre as quais não se entendem os constituintes.



As questões residuais são de duas naturezas: política e econômico-social. As questões políticas sobre as quais as comissões, os grupos e a própria articulação do presidente Ulysses Guimarães associada à do senador Marco Maciel não se entenderão são a duração do mandato do presidente José Sarney e o sistema de governo. As questões econômicas e sociais são a reforma agrária, a definição da empresa nacional, a estabilidade e a redução das horas semanais de trabalho.

Há contudo esperanças de que a reforma agrária ingresse no patamar do consenso, malgrado a resistência do deputado Roberto Cardoso Alves, e que a empresa nacional se defina numa diferenciação que atenda a objetivos recônditos, ao se propor o reconhecimento da empresa nacional de capital nacional e da empresa nacional de capital estrangeiro. Politicamente, embora sem esperanças de alterar o voto da maioria, deverão ir à disputa a anistia e o não-exame pela justiça de atos praticados pelo regime militar.

O senador Severo Gomes, que manteve uma posição de luta em todas as comissões de que fez parte, está hoje colaborando no esforço de composição do sr Ulysses Guimarães e prevê que se gerem patamares progressivos de reforma, mediante a previsão de revisões constitucionais de três em três anos, quando se abaixaria o quórum para maioria absoluta a fim de viabilizar revisões que acompanhem a evolução social e econômica do país. O sr Ulysses Guimarães, aliás, inclina-se pela supressão do quórum tradicional de dois terços para reforma constitucional, preferindo o quórum da maioria absoluta em duas votações sucessivas.

Parte da esquerda já se dissociou das negociações, como o fez o deputado Roberto Freire, do PCB, e é de esperar-se que o aliciamento do senador Afonso Camargo para isolar do PMDB, desde já, uma fração independente inclinada a fundar um novo partido prossiga independente dos esforços da duração do seu partido de preservar a unidade pelo menos até a promulgação da Constituição.

As dissensões partidárias serão inevitáveis no curso das eleições. O pleito municipal do próximo ano, o primeiro que se realiza sem a sublegenda, explodirá centenas de diretórios municipais de todos os partidos. A hegemonia dos partidos mais fortes, como se sabe, tanto no caso da Arena e do PDS como agora no caso do PMDB, era fruto das sublegendas sob as quais se acomodavam as correntes em disputa sem perda da lealdade ao poder dominante no estado e na União. Já agora a luta será franca, na disputa das bases do poder político. Não é só o PMDB que estará ameaçado, mas todos os partidos cuja coesão municipal decorre da permissão já agora inexistente da convivência de forças rivais.

A eleição presidencial, se ocorrer em 1988, refletirá apenas indiretamente essa disputa regional, mas haverá legendas que crescerão do âmbito municipal para o estadual e o federal ampliando tempos de rádio e televisão para candidatos atualmente prisioneiros das grandes legendas, que certamente perderão espaço a partir de maio do próximo ano.